

ILMO. SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ, RDC N. 003/2022, PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 2021/1303034.

CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA – EPP, sociedade empresária, inscrita no CNPJ sob o n. 18.409.353/0001-05, estabelecida na Av. Manoel Barata, n. 367, Boa Esperança, CEP n. 68.181-020, Itaiuba/PA, vem, perante V. Sa., por seu advogado, apresentar **CONTRARRAZÕES** ao recurso apresentado por **L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA**, nos autos do processo licitatório acima identificado, nos termos a seguir expostos:

1. Das alegações da recorrente.

Inconformada com a decisão que acertadamente habilitou a recorrida no certame licitatório em exame, a recorrente, desprovida de qualquer amparo legal ou probatório, pede a reforma da decisão, com base nas seguintes alegações:

1. Que a empresa Construmaz teria sido criada pelo Sr. Marcello Bezerra com a finalidade de, à margem da Lei, participar das licitações, vez que a empresa MPB Engenharia estaria com Certidão Negativa de Débito Trabalhista;
2. Afirma que a empresa Construmaz e MPB Engenharia possuem como sede o mesmo endereço, ou seja, Av. Manoel Barata, n. 367, Boa Esperança, em Itaituba/PA, sendo esse também o endereço residencial do Sr. Marcello Bezerra;
3. Alega que o Sr. Marcello Bezerra era sócio da empresa MPB Engenharia e agora seria administrador da empresa Construmaz, possuindo procuração com amplos poderes;

4. Sustenta, ainda, que a empresa Construmaz e a empresa Atitude formariam grupo econômico, pois o sócio da última, Sr. Marcos Alby, figurou como testemunha do Sr. Marcello Bezerra em ação judicial que tramita perante da Justiça Criminal, instaurado em razão de acidente de trabalho ocorrido em obra administrada pela MPB Engenharia, mencionando, ainda, que haveriam duas pessoas, Sr. Kássio Paiva e Sra. Eliane Garcia, trabalhando nas duas empresas;

5. Acrescenta, por fim, que, diante da formação de grupo econômico, as receitas das empresas Construmaz e Atitude devem ser somadas para efeito de enquadramento como ME e EPP. No caso, essa soma de receita, de acordo com o recorrente, estaria extrapolando o limite máximo legal previsto na Lei Complementar n. 123 de 2016.

Embora essas alegações caluniosas não se sustentem em si mesmas, cabe refutá-las uma a uma. É o que se passa a fazer adiante.

2. Do mérito.

De início, cabe destacar que o Sr. Marcello Bezerra **não é – e nunca foi – sócio da empresa Construmaz. Ele é empregado da mesma**, fato comprovado pela anotação em sua Carteira de Trabalho Digital e Registro de Empregado, anexos.

Os únicos sócios da empresa Construmaz são a Sra. Maria Deuzimira Lima Lopes de Oliveira e o Sr. Márcio Roberto Picanço Ferreira, figurando a primeira na condição de sócia-administradora. Os documentos acostados ao processo licitatório em comento atestam isso de forma inequívoca. A própria recorrente sabe disso, pois apresentou print da consulta ao quadro de sócios e administradores da empresa, extraído do site da Receita Federal do Brasil.

O fato de um dos funcionários da Construmaz, tenha esse funcionário procuração ou não, ser ou ter sido sócio de outra empresa não implica em formação de grupo econômico entre elas. Se essa tese absurda fosse acolhida, nenhum empresário ou ex-empresário conseguiria emprego, pois quem o contratasse iria correr o risco de responder por formação de grupo econômico com a empresa do funcionário.

O Sr. Marcello Bezerra está plenamente apto a trabalhar como engenheiro civil em qualquer empresa, pois está com inscrição regular perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará e não existe nenhuma sentença penal condenatória contra o mesmo, devendo prevalecer, nessa hipótese, a presunção de inocência.

Ser ou ter sido sócio de alguma empresa não o impede de trabalhar com quem que seja. Qualquer responsabilidade que o Sr. Marcello Bezerra possua em razão de fatos alheios ao seu contrato de trabalho com a Construmaz não dizem respeito a última.

No mais, o cartão do CNPJ da empresa MPB Engenharia, anexado pela recorrente, confirma que a mesma está sem nenhum registro de endereço comercial. O endereço informado – Av. Manoel de Medeiros, n. 367, Boa Esperança, Itaituba/PA – é da empresa Construmaz, até porque, de acordo com as informações e documentos juntados pela própria recorrente, a empresa MPB Engenharia estaria inativa. O fato da MPB Engenharia ter utilizado o endereço que a Construmaz atualmente utiliza não implica em nenhuma relação entre as mesmas, muito menos em formação de grupo econômico.

A recorrente também falta com a verdade ao afirmar que o Sr. Marcello Bezerra, funcionário da Construmaz residiria no mesmo endereço da empresa. O Sr. Marcello Bezerra mora na Rua Niterói, n. 216, Conjunto Marex, Val de Cães, Belém/PA, conforme comprovante de residência anexo.

Destarte, a empresa Construmaz não tem nenhuma relação com a empresa MPB Engenharia. Em relação ao seu funcionário, Sr. Marcello Bezerra, a relação é de emprego, não cabendo à empresa responder pela vida pretérita do mesmo, tampouco por suas eventuais obrigações.

A fragilidade das alegações da recorrente, revestidas sempre de má-fé, fica ainda mais evidente quando ela direciona suas fantasias verborrágicas para outra empresa, Atitude Construtora Eireli, que sequer participa da presente licitação.

O objetivo da recorrente é novamente imputar a existência de grupo econômico, agora entre a Construmaz e a Atitude, pois isso, em seu entender, acarretaria a perda da condição que a Construmaz possui como Empresa de Pequeno Porte e, conseqüentemente, a perda do benefício de perda da prioridade na contratação com valor de até 10% do melhor preço, previsto na Lei n. 123 de 2006.

Os dois argumentos apresentados pela recorrente são risíveis.

O primeiro é de que haveria grupo econômico entre as empresas pelo fato do sócio da Atitude, Sr. Marcos de Miranda, ter sido testemunha arrolada em processo judicial pelo Sr. Marcello Bezerra, que, como já dito acima, é funcionário da Construmaz. Ou seja, no entender da recorrente, se o sócio de uma empresa servir de testemunha para o funcionário de outra empresa, isso implicará na formação de grupo econômico entre ambas as empresas.



Nem um leigo pode se dar o direito de alegar tanto desconhecimento jurídico.

O segundo argumento não é menos gracioso. A recorrente alega que existiriam funcionários comuns entre as empresas, apontando o Sr. Kássio Paiva e a Sra. Eliane Garcia. Isso nunca aconteceu. O Sr. Kássio, por exemplo, foi admitido para trabalhar na Construmaz em agosto de 2021 e continua até hoje, conforme Ficha de Registro e CTPS Digital em anexo. A recorrente apresenta como prova um print do Facebook, no qual consta que o Sr. Kássio Paiva teria começado a trabalhar na empresa Atitude em maio de 2019. Ocorre que, o que prova vínculo de emprego não é print de rede social e sim contrato formal e trabalho. No caso, quando o Sr. Kássio Paiva foi contratado pela empresa Construmaz, já não trabalhava mais para a empresa Atitude. Não cabe à empresa exigir do funcionário que mantenha suas redes sociais com informações atualizadas. Se ainda consta no Facebook do funcionário o seu vínculo com o antigo emprego, só cabe a ele corrigir, se assim desejar. Finalmente, a Sra. Eliane Garcia foi contratada pela Construmaz em abril de 2018 e desligada em dezembro de 2021, conforme Ficha de Registro e CTPS Digital em anexo. Nesse caso, os prints do Facebook da referida funcionária apresentados pela recorrente atestam que a mesma se apresenta atualmente como funcionária da Construmaz. Existem, contudo, duas postagens específicas apresentadas pela recorrente em que a mesma funcionária está usando farda da empresa Atitude. Todavia, basta olhar a data dessas postagens, que são do ano de 2013, para se ver que, na época, ainda não havia vínculo da mesma com a empresa Construmaz. Claro está que a recorrente procura induzir essa Comissão a erro, apontando fatos que sabe nunca ter ocorrido, usando postagens antigas do Facebook como se fossem atuais.

Como bem assentado em entendimento jurisprudencial pacífico a respeito do assunto, só é possível reconhecer a existência de grupo econômico quando diversas pessoas jurídicas exercem suas atividades sob unidade de controle, e, ainda, quando se visualizar confusão de patrimônio, fraudes, abuso de direito e má-fé, com prejuízo a credores.

O fato do sócio de uma empresa ser testemunha em processo judicial em favor do sócio ou funcionário de outra empresa, o fato de uma empresa contratar funcionário que foi sócio outra empresa, o fato do mesmo funcionário ter trabalhado em empresas distintas e em momentos distintos, o fato de uma empresa estar sediada no endereço anteriormente utilizado por outra empresa, nada disso pode servir de fundamento para sustentar a existência de grupo econômico, seja entre a Construmaz e a MPB Engenharia, seja entre a Construmaz e a Atitude, e muito menos entre as três.

Demonstrada a total impertinência das alegações da recorrente, resta falar agora um pouco dos seus motivos, que são estritamente financeiros.

A recorrente, como se sabe, é concorrente da recorrida no certame em exame. Durante o processo licitatório teve oportunidade para apresentar sua impugnação, mas nada fez. Ocorre que, com o avançar do

processo e abertura das propostas, o preço apresentado pela recorrida foi menor que o apresentado pela recorrente. Além disso, em outra licitação, a concorrência pública n. 01/2022 PC/PA, Processo Administrativo n. 2022/14610, o preço apresentado pela recorrida está dentro do limite de 10% previsto na Lei n. 123 de 2006. Nessa condição, a recorrida, por ser EPP, possui prioridade legal na contratação em detrimento da recorrente. Ou seja, o que a recorrente pretende mesmo é utilizar essas inverdades para se favorecer nos certames licitatórios em que não objete êxito.

Essa é a verdadeira motivação da recorrente. Atacar a recorrida como fatos inverídicos e caluniosos, em momento totalmente inadequado, com a finalidade de tumultuar o certame e vencer a disputa a qualquer custo.

Essa postura, contudo, não ajudará em nada a recorrente no presente certame. A única coisa que ganhará com isso são processos judiciais que serão manejados contra si pela empresa recorrida e ainda pela terceira empresa envolvida, a quem será dado conhecimento.

3. Conclusão.

Diante do exposto, requer seja negado provimento ao recurso, sem prejuízo das medidas e sanções eventualmente aplicadas contra a recorrente em razão do teor inverídico e calunioso da denúncia apresentada.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Belém/PA, 26 de julho de 2022.

**SAVIO BARRETO
LACERDA LIMA**

Assinado de forma digital por
SAVIO BARRETO LACERDA LIMA
Dados: 2022.07.26 13:49:03 -03'00'

SÁVIO BARRETO LACERDA LIMA
OAB/PA 11.003

responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que: - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e - no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais). V - cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo; § 4º Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o art. 12 desta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica: (...) V - cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo (...) Ora, se a empresa já estava ciente de que não poderia ostentar a condição de EPP, em contrariedade ao parágrafo 9º do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, e ainda assim está participando do certame como tal, então a referida empresa apresentou declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, estando, portanto, sujeita às sanções legais - (Art. 156, da Lei Nº 14.133/2021) e editalícias pertinentes, conforme subitem 17.1 do edital. DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA NAS LICITAÇÕES O princípio da igualdade, um dos alicerces da licitação, encontra-se expresso na Carta Magna, no art. 37, XXI, verbis: "Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações". (O destaque é da denunciante) Como facilmente se percebe, o dispositivo impede que sejam estabelecidas condições que se traduzam em preferência de uns licitantes em desvantagem de outros. Neste caso, está provado à farta a intenção da Licitante, ao norte referenciada, em simular se tratar de empresa distinta para que não sejam somadas as suas Receitas Brutas para o fim de declaração de EPP, nos termos do Art. 3º da Lei Nº 123/2016. Agindo dessa maneira a referida empresa fere, de morte, o princípio constitucional da isonomia. DOS PEDIDOS Isto posto, a Recorrente aguarda serenamente que as razões ora invocadas sejam detidas e criteriosamente analisadas, e ao final, seja dado provimento a este Recurso para o fim de tornar sem efeito a decisão que habilitou a empresa Construmaz Construções Ltda., e declarar a Recorrente habilitada no RDC03/2022 dessa Instituição. Nesses Termos, Pede Deferimento. Belém, 19 de julho de 2022. L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA.,

Contrarrazão

18.409.353/0001-05 - CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA

Data/Hora: 26/07/2022 15:18

Motivo da Contrarrazão/Justificativa da Desistência: ILMO. SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO CORPO DE BOMEIROS MILITAR DO PARÁ, RDC N. 003/2022, PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 2021/1303034. CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA – EPP, sociedade empresária, inscrita no CNPJ sob o n.º 18.409.353/0001-05, estabelecida na Av. Manofredo Barata, n.º 367, Boa Esperança, CEP n.º 68.181-020, Itaituba/PA, vem, perante V. Sa., por seu advogado, apresentar CONTRARRAZÕES ao recurso apresentado por L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA, nos autos do processo licitatório acima identificado, nos termos a seguir expostos: 1. Das alegações da recorrente. Inconformada com a decisão que acertadamente habilitou a recorrida no certame licitatório em exame, a recorrente, desprovida de qualquer amparo legal ou probatório, pede a reforma da decisão, com base nas seguintes alegações: 1. Que a empresa Construmaz teria sido criada pelo Sr. Marcello Bezerra com a finalidade de, à margem da Lei, participar das licitações, vez que a empresa MPB Engenharia estaria com Certidão Negativa de Débito Trabalhista; 2. Afirma que a empresa Construmaz e MPB Engenharia possuem como sede o mesmo endereço, ou seja, Av. Manofredo Barata, n.º 367, Boa Esperança, em Itaituba/PA, sendo esse também o endereço residencial do Sr. Marcello Bezerra; 3. Alega que o Sr. Marcello Bezerra era sócio da empresa MPB Engenharia e agora seria administrador da empresa Construmaz, possuindo procuração com amplos poderes; 4. Sustenta, ainda, que a empresa Construmaz e a empresa Atitude formariam grupo econômico, pois o sócio da última, Sr. Marcos Alby, figurou como testemunha do Sr. Marcello Bezerra em ação judicial que tramita perante a Justiça Criminal, instaurado em razão de acidente de trabalho ocorrido em obra administrada pela MPB Engenharia, mencionando, ainda, que haveriam duas pessoas, Sr. Kássio Paiva e Sra. Eliane Garcia, trabalhando nas duas empresas; 5. Acrescenta, por fim, que, diante da formação de grupo econômico, as receitas das empresas Construmaz e Atitude devem ser somadas para efeito de enquadramento como ME e EPP. No caso, essa soma de receita, de acordo com o recorrente, estaria extrapolando o limite máximo legal previsto na Lei Complementar n.º 123 de 2016. Embora essas alegações caluniosas não se sustentem em si mesmas, cabe refutá-las uma a uma. É o que se passa a fazer adiante. 2. Do mérito. De início,

cabe destacar que o Sr. Marcello Bezerra não é – e nunca foi – sócio da empresa Construmaz. Ele é empregado da mesma, fato comprovado pela anotação em sua Carteira de Trabalho Digital e Registro de Empregado, anexos. Os únicos sócios da empresa Construmaz são a Sra. Maria Deuzimira Lima Lopes de Oliveira e o Sr. Márcio Roberto Picanço Ferreira, figurando a primeira na condição de sócia-administradora. Os documentos acostados ao processo licitatório em comento atestam isso de forma inequívoca. A própria recorrente sabe disso, pois apresentou print da consulta ao quadro de sócios e administradores da empresa, extraído do site da Receita Federal do Brasil. O fato de um dos funcionários da Construmaz, tenha esse funcionário procuração ou não, ser ou ter sido sócio de outra empresa não implica em formação de grupo econômico entre elas. Se essa tese absurda fosse acolhida, nenhum empresário ou ex-empresário conseguiria emprego, pois quem o contratasse iria correr o risco de responder por formação de grupo econômico com a empresa do funcionário. O Sr. Marcello Bezerra está plenamente apto a trabalhar como engenheiro civil em qualquer empresa, pois está com inscrição regular perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará e não existe nenhuma sentença penal condenatória contra o mesmo, devendo prevalecer, nessa hipótese, a presunção de inocência. Ser ou ter sido sócio de alguma empresa não o impede de trabalhar com quem que seja. Qualquer responsabilidade que o Sr. Marcello Bezerra possua em razão a fatos alheios ao seu contrato de trabalho com a Construmaz não dizem respeito a última. No mais, o cartão do CNPJ da empresa MPB Engenharia, anexado pela recorrente, confirma que a mesma está sem nenhum registro de endereço comercial. O endereço informado – Av. Manfredo, n. 367, Boa Esperança, Itaituba/PA – é da empresa Construmaz, até porque, de acordo com as informações e documentos juntados pela própria recorrente, a empresa MPB Engenharia estaria inativa. O fato da MPB Engenharia ter utilizado o endereço que a Construmaz atualmente utiliza não implica em nenhuma relação entre as mesmas, muito menos em formação de grupo econômico. A recorrente também falta com a verdade ao afirmar que o Sr. Marcello Bezerra, funcionário da Construmaz residiria no mesmo endereço da empresa. O Sr. Marcello Bezerra mora na Rua Niterói, n. 216, Conjunto Marex, Val de Cães, Belém/PA, conforme comprovante de residência anexo. Destarte, a empresa Construmaz não tem nenhuma relação com a empresa MPB Engenharia. Em relação ao seu funcionário, Sr. Marcello Bezerra, a relação é de emprego, não cabendo à empresa responder pela vida pretérita do mesmo, tampouco por suas eventuais obrigações. A fragilidade das alegações da recorrente, revestidas sempre de má-fé, fica ainda mais evidente quando ela direciona suas fantasias verborrágicas para outra empresa, Atitude Construtora Eireli, que sequer participa da presente licitação. O objetivo da recorrente é novamente imputar a existência de grupo econômico, agora entre a Construmaz e a Atitude, pois isso, em seu entender, acarretaria a perda da condição que a Construmaz possui como Empresa de Pequeno Porte e, conseqüentemente, a perda do benefício de perda da prioridade na contratação com valor de até 10% do melhor preço, previsto na Lei n. 123 de 2006. Os dois argumentos apresentados pela recorrente são risíveis. O primeiro é de que haveria grupo econômico entre as empresas pelo fato do sócio da Atitude, Sr. Marcos de Miranda, ter sido testemunha arrolada em processo judicial pelo Sr. Marcello Bezerra, que, como já dito acima, é funcionário da Construmaz. Ou seja, no entender da recorrente, se o sócio de uma empresa servir de testemunha para o funcionário de outra empresa, isso implicará na formação de grupo econômico entre ambas as empresas. Nem um leigo pode se dar o direito de alegar tanto desconhecimento jurídico. O segundo argumento não é menos gracioso. A recorrente alega que existiriam funcionários comuns entre as empresas, apontando o Sr. Kássio Paiva e a Sra. Eliane Garcia. Isso nunca aconteceu. O Sr. Kássio, por exemplo, foi admitido para trabalhar na Construmaz em agosto de 2021 e continua até hoje, conforme Ficha de Registro e CTPS Digital em anexo. A recorrente apresenta como prova um print do Facebook, no qual consta que o Sr. Kássio Paiva teria começado a trabalhar na empresa Atitude em maio de 2019. Ocorre que, o que prova vínculo de emprego não é print de rede social e sim contrato formal e trabalho. No caso, quando o Sr. Kássio Paiva foi contratado pela empresa Construmaz, já não trabalhava mais para a empresa Atitude. Não cabe à empresa exigir do funcionário que mantenha suas redes sociais com informações atualizadas. Se ainda consta no Facebook do funcionário o seu vínculo com o antigo emprego, só cabe a ele corrigir, se assim desejar. Finalmente, a Sra. Eliane Garcia foi contratada pela Construmaz em abril de 2018 e desligada em dezembro de 2021, conforme Ficha de Registro e CTPS Digital em anexo. Nesse caso, os prints do Facebook da referida funcionária apresentados pela recorrente atestam que a mesma se apresenta atualmente como funcionária da Construmaz. Existem, contudo, duas postagens específicas apresentadas pela recorrente em que a mesma funcionária está usando farda da empresa Atitude. Todavia, basta olhar a data dessas postagens, que são do ano de 2013, para se ver que, na época, ainda não havia vínculo da mesma com a empresa Construmaz. Claro está que a recorrente procura induzir essa Comissão a erro, apontando fatos que sabe nunca ter ocorrido, usando postagens antigas do Facebook como se fossem atuais. Como bem assentado em entendimento jurisprudencial pacífico a respeito do assunto, só é possível reconhecer a existência de grupo econômico quando diversas pessoas jurídicas exercem suas atividades sob unidade de controle, e, ainda, quando se visualizar confusão de patrimônio, fraudes, abuso de direito e má-fé, com prejuízo a credores. O fato do sócio de uma empresa ser testemunha em processo judicial em favor do sócio ou funcionário de outra empresa, o fato de uma empresa contratar funcionário que foi sócio outra empresa, o fato do mesmo funcionário ter trabalhado em empresas distintas e em momentos distintos, o fato de uma

empresa estar sediada no endereço anteriormente utilizado por outra empresa, nada disso pode servir de fundamento para sustentar a existência de grupo econômico, seja entre a Construmaz e a MPB Engenharia, seja entre a Construmaz e a Atitude, e muito menos entre as três. Demonstrada a total impertinência das alegações da recorrente, resta falar agora um pouco dos seus motivos, que são estritamente financeiros. A recorrente, como se sabe, é concorrente da recorrida no certame em exame. Durante o processo licitatório teve oportunidade para apresentar sua impugnação, mas nada fez. Ocorre que, com o avançar do processo e abertura das propostas, o preço apresentado pela recorrida foi menor que o apresentado pela recorrente. Além disso, em outra licitação, a concorrência pública n. 01/2022 PC/PA, Processo Administrativo n. 2022/14610, o preço apresentado pela recorrida está dentro do limite de 10% previsto na Lei n. 123 de 2006. Nessa condição, a recorrida, por ser EPP, possui prioridade legal na contratação em detrimento da recorrente. Ou seja, o que a recorrente pretende mesmo é utilizar essas inverdades para se favorecer nos certames licitatórios em que não objete êxito. Essa é a verdadeira motivação da recorrente. Atacar a recorrida como fatos inverídicos e caluniosos, em momento totalmente inadequado, com a finalidade de tumultuar o certame e vencer a disputa a qualquer custo. Essa postura, contudo, não ajudará em nada a recorrente no presente certame. A única coisa que ganhará com isso são processos judiciais que serão manejados contra si pela empresa recorrida e ainda pela terceira empresa envolvida, a quem será dado conhecimento. 3. Conclusão. Diante do exposto, requer seja negado provimento ao recurso, sem prejuízo das medidas e sanções eventualmente aplicadas contra a recorrente em razão do teor inverídico e calunioso da denúncia apresentada. Nestes termos, pede e espera deferimento. Belém/PA, 26 de junho de 2022. SAVIO BARRETO LACERDA LIMA Assinado de forma digital por SAVIO BARRETO LACERDA LIMA
Dados: 2022.07.26 13:49:03 -03'00' SÁVIO BARRETO LACERDA LIMA OAB/PA 11.003

[Voltar](#)